Os capuchos da Caparica no Portugal de meados do século XVI: entre círculos aristocráticos devotos e (re)leituras espirituais*

MARIA DE LURDES CORREIA FERNANDES



Instituto de Filosofia, Faculdade de Letras, Universidade do Porto

https://orcid.org/0000-0002-0787-2974

mcorreia@letras.up.pt

Resumo: Este estudo debruça-se sobre a criação do convento dos franciscanos capuchos na Caparica (Portugal), situando-a no contexto religioso, cultural e político de meados do século XVI. Pretende levantar novas pistas interpretativas sobre objetivos e leituras de algumas obras de espiritualidade, em particular o *Norte de Ydiotas* de Francisco de Monzón, dedicado a D. Maria da Silva, uma protetora dos franciscanos capuchos, em particular da Caparica.

Palavras-chave: Franciscanos capuchos, Aristocracia, Leituras espirituais.

The Capuchins of Caparica in mid-16th century Portugal: between devout aristocratic circles and spiritual (re)readings

Abstract: This study focuses on the creation of the Capuchin Franciscan convent in Caparica (Portugal), locating it in the religious, cultural and political context of the mid-16th Century. It intends to propose new interpretive clues about aims and readings of some works of spirituality, in particular Francisco de Monzón's *Norte de Ydiotas*, dedicated to D. Maria da Silva, a protector of the Franciscan Capuchins, especially those from Caparica.

Keywords: Capuchin Franciscan, Aristocracy, Spiritual Readings.

^{*} Uma primeira versão deste texto foi apresentada, por amável convite de A. Camões Gouveia a quem agradeço, nas II Jornadas de estudo "Contemplar: os sentidos e os caminhos da interioridade" Caparica, Convento dos Capuchos, 23 a 25 de outubro de 2015.

1. Contexto(s)

Apesar do muito que se tem estudado, desvendado e problematizado nas últimas décadas sobre a observância franciscana e sobre os capuchos em particular no Portugal quinhentista¹, são ainda desafiantes alguns silêncios sobre diversos aspetos da sua realidade religiosa e espiritual, assim como da rede de relações que se foram tecendo com envolvimento de círculos sociais, culturais e religiosos durante a sua implantação e subsequente afirmação na segunda metade do século XVI em Portugal. E pesem embora os múltiplos conceitos enquadradores – Humanismo, Reforma das ordens religiosas, Recogimiento, Reforma protestante, Contrarreforma ou Reforma Católica, entre outros -, assim como o que já se conhece da «trama muito complexa que envolve o que poderia dizer-se o sistema ideológico a que pertence» a espiritualidade da época² e, em geral, da vasta «Communitas Christiana»³ europeia de então, persistem algumas nebulosas que pedem a continuidade do esforço de as desvendar. E se está já muito estudado o contexto de reforma das ordens religiosas em geral e dos franciscanos em particular na Península Ibérica nos séculos XV e XVI⁴, também muito há ainda a pesquisar e a problematizar para se conseguir uma compreensão ampla da relação complexa que, em Portugal, cruza esse vasto contexto de reforma(s) com a especificidade da reforma e vida espiritual dos capuchos no século XVI em Portugal, incluindo a vivida nos distintos

Além do estudo ainda incontornável de DIAS, J. S. da Silva — *Correntes de Sentimento Religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*. Tomo I: Volumes I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1960, esp. p. 145-155, merecem especial destaque os estudos referidos *infra*, nota 4. Especificamente sobre a reforma capucha veja-se FONTES, João L. Inglês — De regresso ao ermo. A reforma arrábida e as propostas da estreitíssima observância: caminhos e tensões. In LAMELAS, Isidro Pereira — *Supplicantes Veram Sapientiam: homenagem a Dom António Montes Moreira*. Porto: Editorial Franciscana, 2021, p. 415-429. Para a compreensão da importância e influências das leituras e livros espirituais franciscanos em todo o contexto da observância franciscana, são fundamentais os estudos de CARVALHO, José A. Freitas — Livros e leituras de espiritualidade franciscanos na segunda metade do século XV em Portugal e Espanha. *Carthaginensia*. 7 (1991) 127-228 e *Lectura Espiritual en la Península lbérica (siglos XVI-XVII)*. Salamanca: Semyr, 2007.

² CARVALHO, José A. Freitas – O contexto da espiritualidade portuguesa no tempo de Fr. Bartolomeu dos Mártires (1514-1590). Bracara Augusta. 42 (1990) 6, em que chama a atenção não só para o "triângulo" Itália, Espanha, Portugal, mas também para a simultaneidade da "Mística do Norte" que teve na Devotio Moderna a sua melhor expressão.

PÉREZ GARCÍA, Rafael M. – Communitas christiana. The sources of christian tradition in the construction of Early Castilian spiritual literature, ca 1400-1540. In MAILLARD ÁLVAREZ, Natalia – Books in the catholic world during the Early Modern period. Leiden-Boston: Brill, 2014, p. 71-113.

Vejam-se, além dos estudos clássicos de F. Félix Lopes sobre S. Pedro de Alcântara na espiritualidade portuguesa do seu tempo e sobre Fr. André da Ínsua, geral dos observantes franciscanos, incluídos na Colectânea de Estudos de História e Literatura pelo Académico de Mérito Frei Fernando Félix Lopes, OFM (1902-1990). Lisboa: Academia Portuguesa de História, 1998, 3 vols., esp. Volume II – A Ordem Franciscana na História da Cultura Portuguesa, p. 153-225, também os estudos incluídos em I-II SEMINÁRIO «O FRANCISCANISMO EM PORTUGAL» – Actas. Lisboa: Fundação Oriente, 1996, em especial o de MOREIRA, António Montes – Implantação e desenvolvimento da Ordem Franciscana em Portugal, séculos XIII-XVI, p. 13-27 e o de REMA, Henrique Pinto – Frades falecidos e moradores no convento da Arrábida, p. 165-183. Também relevante para a compreensão do movimento de reforma franciscana desde os finais da Idade Média é o estudo TEIXEIRA, Vítor Gomes – O movimento da observância franciscana em Portugal (1392-1517). História, Património e Cultura de uma Experiência de Reforma religiosa. Porto: Editorial Franciscana, 2010.

conventos, assim como a destes com a diversidade de relações sociais que as enformam e das suas influências religiosas e espirituais⁵, incluindo as que se prendem com as práticas e com o alcance das suas (re)leituras espirituais⁶.

Pressupondo a complexidade e abrangência do enquadramento acima referido e o campo imenso de questões que não cabem nos limites de um artigo, focar-me-ei em alguns aspetos – acentuando sobretudo os matizes – das redes de relações sociais e espirituais à volta, essencialmente, do convento dos capuchos da Caparica, pertencente à Província da Arrábida, que talvez possam contribuir para compreender melhor a sua especificidade no contexto de vivências várias de uma renovada espiritualidade que se evidenciou nos meados do século XVI.

Como é sobejamente sabido⁷, mas convém aqui resumir apenas para mais fácil enquadramento temporal, a criação da custódia (só mais tarde Província) da Arrábida teve a sua origem no eremitério na serra do mesmo nome, ocupado por Fr. Martinho de Santa Maria após doação do 1º duque de Aveiro, D. João de Lencastre⁸, em 1539. A custódia afirmou-se a partir de 1542 com a cedência, pelo mesmo duque, dos terrenos na encosta da serra da Arrábida, que contou com o acompanhamento inicial de Fr. Pedro de Alcântara⁹, que aí viveu por 1541-1542 – altura em que a ermida passou a convento – e em 1549-1551. Esta criação veio, por um lado, despoletar um processo de aprofundamento e alargamento da influência desta «estreitíssima observância franciscana» e acabou por conduzir à instituição e aprovação canónica, em 1560, da Província da Arrábida, ao mesmo tempo que evidenciou a persistência de tensões que movimentos de reforma anteriores não tinham plenamente vencido, assim como a continuidade de anseios espirituais focados numa maior interioridade e menor expressão exterior. Além disso, patenteou

Pesem embora os importantes e ainda não ultrapassados estudos de DIAS, José S. da Silva — Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII). Tomo I: volumes I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1960 e O Erasmismo e a Inquisição em Portugal. O processo de Fr. Valentim da Luz. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1975, assim como de CARVALHO, José A. Freitas — O contexto da espiritualidade portuguesa.

Um realce especial para os estudos de CARVALHO, José A. Freitas – Das edições de S. Boaventura em Portugal nos séculos XVI e XVII e XVIII: semântica de uma influência na história da espiritualidade portuguesa. Archivo Ibero Americano. 47 (1987) 131-159 e A difusão dos Exercícios Divinos Revelados de Nicolau Eschio na Península Ibérica – 1554-1787. Uma aproximação editorial. Via Spiritus. 26 (2019) 127-163.

Entre outros, PIEDADE, Fr. António – Espelho de penitentes, e Chronica da Provincia de Santa Maria da Arrábida, da Regular, e mais Estreita Observância, da Ordem do Seráfico Patriarcha S. Francisco. Tomo I. Lisboa Ocidental: Officina de Joseph António da Silva, 1728 e o estudo de síntese de MOREIRA, António Montes – Memórias e crónicas da Província da Arrábida. In I-II SEMINÁRIO «O FRANCISCANISMO EM PORTUGAL» – Actas». Lisboa: Fundação Oriente, 1996, p. 194-224 e Franciscanos. In AZEVEDO, Carlos A. Moreira, dir. – Dicionário de História Religiosa de Portugal. Tomo II. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 273-280.

Sobre a proteção de D. João de Lencastre, 1º marquês de Torres Novas e 1º Duque de Aveiro, aos capuchos da Arrábida, veja-se PIEDADE — Espelho de penitentes, I, esp. p. 13-16 e 53-57. D. João era filho de D. Jorge de Lencastre, Duque de Coimbra e filho legitimado de D. João II, que havia sido o fundador do 1º convento da Província da Piedade, como conta o cronista desta Província MONFORTE, F. Manuel — Chronica da Provincia da Piedade: primeira capucha de toda a ordem e regular observância de nosso seráfico S. Francisco. Lisboa: Officina de Miguel Manescal da Costa, 1751, cap. VIII-X, p. 27-34.

⁹ PIEDADE – Espelho de penitentes, esp. p. 118, 135-6, 270-324.

igualmente uma relação muito especial não só com círculos sociais da alta nobreza, mas também com círculos de leigos de outros estratos sociais, que não parecem ter-se revelado, pelo menos nos mesmos moldes e amplitude, tão evidentes em reformas anteriores.

Esses anos 40 do século XVI e as duas décadas que se lhes seguiram – até aos anos de afirmação e consolidação das decisões de Trento, que vieram revalorizar práticas espirituais e devocionais de maior expressividade exterior, sobretudo no plano das devoções coletivas (por exemplo, procissões), do culto dos santos, das imagens e das relíquias – foram, como é sabido, anos determinantes na afirmação de correntes de espiritualidade em Portugal, na linha, sobretudo, das vias do *reco*gimiento ibérico e da designada "escola do Beato Juan de Ávila" em que se filia Fr. Luís de Granada, cuja influência na vida religiosa e espiritual de meados e finais do século XVI (com larga continuidade no seguinte) viria a ser profundamente marcante e definidora de caminhos futuros¹⁰. E se a via do recogimiento, por um lado e, por outro, a dos «místicos do Norte», entre outras, tiveram um papel determinante na ação reformadora das ordens religiosas, especialmente dos franciscanos, não se podem ignorar os efeitos, também em Portugal, das posições protestantes sobre dogmas e disciplinas da Igreja, incluindo as críticas a práticas devocionais de tradicional e forte vivência entre clérigos, religiosos e leigos, incluindo o culto dos santos, das imagens e das relíquias, que até aí configuraram muitas formas de expressividade religiosa que se haviam afirmado ao longo da Idade Média até aos inícios do século XVI. E para o aumento da complexidade desses tempos no campo religioso e espiritual muito contribuiu a implantação da Inquisição por esses anos (1536) e, no plano das ideias e correntes de espiritualidade, a sua elaboração e publicação de índices de livros proibidos (em especial os de 1559 em Espanha e de 1561 em Portugal). A própria proteção régia e da alta nobreza, nas primeiras décadas do século XVI, a correntes e ações reformadoras do clero (regular e secular) tem, como se sabe, matizes significativos, que aqui não importa repetir¹¹.

Já a circulação de textos de espiritualidade valorizadora da reforma interior – fortemente potenciada pela imprensa, especialmente com a vinda de impressores estrangeiros, como João Blávio de Colónia – permitiu, nomeadamente por via da oração mental, da edição de textos de S. Bernardo, de S. Francisco, de S. Boaventura, dos espirituais italianos e espanhóis (com exemplos maiores como os de Fr. Francisco de Osuna e Bernardino de Laredo), assim como de alguns «místicos

Vejam-se em particular os estudos de RODRIGUES, Mª Idalina Resina – Fray Luís de Granada y la literatura de espiritualidade en Portugal (1554-1632). Madrid: UPS – FUE, 1988, esp. p. 447-458, 464-466, 731-736; CARVALHO, José A. Freitas – Lectura espiritual; BORGES, Célia Maia – As obras de Frei Luís de Granada e a espiritualidade de seu tempo: a leitura dos escritos granadinos nos séculos XVI e XVII na Península Ibérica. Estudios Humanísticos. Historia. 8 (2009) 135-149.

Vejam-se os diversos estudos incluídos em AZEVEDO, Carlos Moreira, dir. – História religiosa de Portugal. Vol. 2: Humanismos e reformas. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

do Norte», como Henrique Herp e Nicolau Eschio¹², a criação de um ambiente espiritual que, como há muito mostrou Silva Dias, atravessou diversos círculos religiosos e sociais. E como também mostrou José Adriano de Carvalho¹³, a circulação impressa desses textos teve um significativo aumento a partir desses anos 40 do século XVI, ainda que com reservas crescentes por parte da Inquisição e de círculos eclesiásticos mais conservadores. Deste modo, ao multifacetado contexto da espiritualidade em Portugal no século XVI¹⁴ acresce a dificuldade de penetração nos meandros dessas redes sociais e laicais que gravitaram de algum modo à volta. No caso em estudo, dos capuchos da Arrábida e dos da Caparica em particular.

2. De Arrábida à Caparica: redes sociais e espirituais

Se, como atrás lembrei, a fundação do convento e custódia da Arrábida contou com a alta proteção do Duque de Aveiro, D. João de Lencastre, que para o efeito cedeu os terrenos da encosta sul da serra da Arrábida, a determinação de manter e aprofundar a "estreitíssima observância" da regra de S. Francisco veio a beneficiar não só da criação do novo convento de Palhais, fundado em 1542, por «oferta de D. Francisco da Gama, segundo conde da Vidigueira»¹⁵, mas também, ou sobretudo, da proteção e do apoio do Infante D. Luís para a construção do terceiro convento da Custódia nas suas terras de Salvaterra de Magos, em 154916. Curiosamente, após a morte de Fr. Martinho de Santa Maria beneficiou também da oposição dos frades à tentativa de Fr. André da Ínsua, Provincial da Província dos Algarves, de lhes «mudar os costumes» e os anexar a ela. De facto, a sua «Patente, em que ordenava ao nosso Custodio, e mais Religiosos seus súbditos, que tirassem os remendos, capuchos e corda, e guardassem na forma dos Habitos a mesma que os da Recoleição», provocou nos frades capuchos «grande desconsolação» e reação¹⁷. As polémicas que daí resultaram, as subsequentes nomeações de custódio e guardiães dos 3 conventos, o breve papal que impunha a mudança de hábito e a bem sucedida intercessão do Infante D. Luís para que mantivessem o seu hábito, remendos e capucho («ainda que este mais curto»), vieram a contribuir para o alargamento da custódia e subsequente passagem a Província. De facto, a resistência dos frades ao intento de Fr. André da Ínsua e ao breve papal, com a proteção do Infante D. Luís e de D. João de Lencastre, fê-los vencedores do intento de manutenção do hábito e

¹² CARVALHO – A difusão dos Exercícios Divinos Revelados de Nicolau Eschio, p. 127-163.

CARVALHO – Das edições de S. Boaventura em Portugal, p. 131-159.

Permanece incontornável a consulta de DIAS, J. S da Silva – Correntes de Sentimento Religioso, a completar com CARVALHO, José A. Freitas – O contexto da espiritualidade portuguesa no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires (1514-1590).

¹⁵ PIEDADE – Espelho de penitentes, p. 113ss.

¹⁶ PIEDADE – Espelho de penitentes, p. 127ss.

¹⁷ PIEDADE – Espelho de penitentes, p. 169.

custódia. E porque o número de frades era já superior à capacidade dos três conventos, aceitaram a «oferta, que lhe fazia Lourenço de Sousa, Aposentador mor, para efeito de fundar um convento com o título de N. Sra da Conceição», numa quinta junto a Mofassem, em 1550¹⁸.

Deste modo, o convento da Caparica veio a ser o quarto convento, a que se seguiram outros posteriormente. Recorrendo às palavras do mesmo cronista da Província, Fr. António da Piedade, na conhecida passagem do seu Espelho de Penitentes sobre esta fundação, «alguns religiosos da observância», quando Fr. André da Ínsua os obrigou a tirar os remendos e o capucho, quiseram manter-se na custódia, «ou atraídos da suavidade que exalava a virtude neste ameno jardim da Santidade, ou para moderarem os Capuchos as desconsolaçõens que lhe causara o decreto...»¹⁹. Contudo, como esse lugar em Mofassem era «tão pobre e pequeno» e veio a revelar-se também doentio (como se veio a revelar também o de Palhais) e de pouco sossego por ter próximo um poço de que se servia o povo, Lourenço Pires de Távora, «grande devoto e amante nosso, fidalgo tão ilustre», decidiu pôr «em execução», em 1558, a construção do convento – quando era custódio, pela segunda vez, Fr. Luis Delna –, «em pouca distancia do primeiro, em lugar porèm mais sadio». E fê-lo «à sua custa», conseguindo que ficasse pronto no mesmo ano²⁰. Todos estes factos são suficientemente conhecidos e divulgados nos estudos e informações sobre este convento²¹, mas é importante tê-los aqui presentes, para enquadrar alguns matizes das redes religiosas e culturais que de seguida apresentarei.

Além do conhecido patrocínio – e proteção – de Lourenço Pires de Távora na fundação do convento e dos seus frades, também conseguiu, quando foi embaixador de D. Sebastião em Roma, obter do Papa Pio IV, em 30 de setembro de 1560, um *Breve* que conferia aos fiéis que ouvissem missas celebradas no altar-mor da Igreja do convento «graças e indulgências» como se as «ditas Missas se celebrassem nos Altares das Igrejas de S. Gregorio na cidade de Roma, de S. Lourenço e S. Sebastião extra muros...»²². Não era pequeno privilégio – que também revela a capacidade de influência deste embaixador em Roma, nas palavras de Fr. António da Piedade, «com extremoso affecto venerava o Summo Pontifice a Lourenço Pires, pelas singulares virtudes de que era dotado»²³. Mas não deixa de ser relevante

PIEDADE – Espelho de penitentes, p. 171-173 e ss. Veja-se ainda o importante estudo sobre este convento de FONTES, João Luis Inglês, coord. – O Convento dos Capuchos. Vida, memória, identidade. Almada: Câmara Municipal de Almada, 2013, p. 19-81 [catálogo da exposição].

¹⁹ PIEDADE – Espelho de penitentes, I, p. 171 ss.

²⁰ Como mostrou DIAS – Correntes de sentimento religioso, p.139, o «plano da corte era a entrega gradual dos conventos da claustra aos padres da observância».

²¹ Especialmente FONTES, coord. – O Convento dos Capuchos, p. 19-81.

²² PIEDADE – *Espelho de Penitentes*, Tomo I, Livro Segundo, Capitulo III, p. 174.

²³ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 175-6.

que estas «graças e indulgências» tenham sido requeridas precisamente para este pequeno convento dos capuchos da Caparica, para onde se retirou em 1569 e onde veio a ser sepultado em 1573. Mas também se deve realçar o facto, igualmente referido pelo cronista Fr. António da Piedade no *Espelho de Penitentes*, que a «sua consorte dona Catharina de Távora» (filha de Rui Lourenço de Távora e Joana Ferrer de Acuña e dama da Rainha D. Catarina²⁴) era «tão grande amante, e devota nossa, que em sua casa tinha hábitos para os Religiosos vestirem enxutos, quando no tempo do Inverno chegassem molhados»²⁵. Ou seja, os frades frequentavam não só a casa destes nobres, como tinham um especial tratamento resultante da forte dedicação de D. Catarina de Távora. E tão forte era esta relação familiar que, pelo testemunho do mesmo cronista, «com a mesma devoção nos tratarão os seus descendentes, confessando alguns que o seu maior alívio era a nossa companhia»²⁶.

Acresce ao destes nobres – casados – o, também sabido, «bom agasalho» que lhes deram outras figuras de grande relevo simultaneamente social, político e espiritual na época. Com destaque figuram – porque «neste merecimento se aventajàrão a todos» – Francisco de Sousa Tavares e sua mulher Dona Maria da Silva, «Fidalgos de conhecida nobreza, os quaes morando na Villa de Almada, apenas vião os Frades, jà os levavão para casa com alegres demonstraçoens do muito que os amavão», tendo mesmo, «para os não divertir dos seus virtuosos exercícios», mandado «fazer hum aposento particular, em que os recolhião» ²⁷.

Esta relação foi já objeto de especial destaque por Silva Dias²⁸ e Pierre Civil²⁹. Contudo, esta proximidade, uma certa intimidade «portas adentro», merece que nos detenhamos um pouco para, se possível, sobressaírem alguns matizes que, creio, não terão sido ainda explorados nos estudos anteriores que tenho referido.

Em primeiro lugar, a fundação do convento por um leigo casado. Apesar de não ser algo de novo — muitos outros conventos, antes e depois, foram fundados por leigos, casados, maioritariamente da nobreza³⁰ — este era um nobre fortemente influente na corte, e mais tarde em Roma. À sua custa mandou fazer e viu construído no espaço de um ano o convento, com o título de Nª Senhora da Piedade, na Caparica. Tê-lo-á feito pelo «desejo com que solicitava o nosso alivio e melhor

MARÇAL, Maria Paula – Mulheres e homens ao serviço da Casa de D. Catarina de Áustria: estatuto, prestígio e poder (1525-1578). Revista Portuguesa de História. 36 (2002-2003) 367-390 (vol. 1), p. 382.

²⁵ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 176.

²⁶ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 176.

PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 178.

²⁸ DIAS – Correntes de sentimento religioso, I, esp. p. 343-351.

²⁹ CIVIL, Pierre – Image et dévotion dans l'Espagne du XVIe siècle: Le traité Norte de Ydiotas de Francisco de Monzón (1563).
Paris: Presses de la Sorbonne Nouvelle, 1996, esp. 137-180, acompanhada de um estudo introdutório (p. 7-136).

³⁰ A começar pelos desta Custódia da Arrábida, como vimos, mas também muitos outros anteriores e da época – que permitiam a expressão da religiosidade e obras pias pelos leigos casados, sobretudo da nobreza, pelas suas possibilidades materiais.

commodo», já que no pequeno convento que lhes doara Lourenço de Sousa em Mofacém em 1550 «experimentarão grandes discommodos na saúde, por ser um lugar muito doentio, e também nos exercícios da Religião, pela vizinhança de hum poço que dava agua ao Povo, com a qual frequência se inquietavam», já que não podiam «evitar o tumulto» que lhes criava esta «vizinhança»³¹. O silêncio era, como se sabe, uma condição essencial às práticas religiosas, aos exercícios espirituais, incluindo a meditação e a oração mental. Mais tarde, sendo embaixador em Roma, empenhou-se na criação da Província, tal como o próprio Cardeal D. Henrique³².

E talvez o Alvará que mais tarde «mandou passar» o próprio rei D. Sebastião «em que ordena que a prohibição de seus Pinhaes naquele terreno se não entenda connosco, e que possamos mandar cortar a lenha que nos for necessária»³³ se deva à influência direta de Lourenço Pires de Távora...

Em segundo lugar, o especial «agasalho» que lhes davam Francisco de Sousa Tavares e sua mulher, D. Maria da Silva – sobre que me debruçarei mais adiante.

Em terceiro lugar, embora mais tarde (já nos inícios do século XVII), o apoio de António Rodrigues, escrivão da Casa da Índia, e de «huma Dona Luiza». O primeiro, «querendo que os Religiosos não deixassem de o celebrar por falta de guisamento (...) lhes dava toda a cera que se gastava nas Missas rezadas, e a do Sepulchro das Endoenças; e com a obrigação de quatorze mil reis todos os anos por esmola, para este ministério ordenou se vendessem as vinhas, que tinha neste districto"³⁴. Por sua vez, «Dona Luiza dava todo o vinho que fosse necessário; e também por sua morte dispoz que das vinhas, que tinha em o Valle de Pera, se nos desse hum quarto de seis almudes do melhor que houvesse na adega»³⁵.

Tanto quanto me é dado saber, não se conhecem aspetos concretos, no plano da espiritualidade, da relação de Lourenço Pires de Távora e de D. Catarina de Távora com os capuchos seus protegidos. Também não se conhece o número exato dos frades que aí residiam entre 1558 e 1571. E muito menos os seus nomes. São conhecidos nomes e informações sobre religiosos arrábidos que estiveram em vários conventos da Província, além do da Arrábida, nomeadamente de Palhais, de Salvaterra, de Alferrara, de Sintra, de Alcobaça.... Mas não da Caparica³⁶. E algumas crónicas da época que poderiam elucidar-nos estão hoje desaparecidas³⁷. Nem mesmo Jorge Cardoso, tão diligente na busca de informações sobre os conventos

PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 174.

³² GONÇALVES – Os franciscanos em Portugal. In I-II SEMINÁRIO «O FRANCISCANISMO EM PORTUGAL», p. 276.

³³ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 179.

PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 178-179.

³⁵ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 179.

³⁶ REMA – Frades falecidos e moradores no convento da Arrábida.

³⁷ MOREIRA – Memórias e crónicas da Província da Arrábida. In «I-II SEMINÁRIO O FRANCISCANISMO EM PORTUGAL», p. 195-224, esp. p.199-200.

– incluindo a sua fundação e os seus frades «ilustres em virtude» –, nos fornece qualquer informação. Ou porque a «morte» de algum frade de insigne virtude tivesse ocorrido entre julho e dezembro, ou porque lhe não chegou às mãos qualquer informação sobre um frade cuja vida merecesse a inclusão no *Agiológio Lusitano*³⁸. Ou o foco que a historiografia posterior colocou nas funções diplomáticas e políticas – incluindo as suas reservas em relação ao poder de D. Catarina³⁹ – pode ter apagado essa relação, pela diminuta relevância face às suas atividades diplomáticas e políticas.

Diferentes são as referências que, na própria época, se registaram sobre as relações de um outro casal nobre, Francisco de Sousa Tavares e sua mulher D. Maria da Silva, com os frades capuchos – e da Caparica em particular, pela proximidade com a sua casa em Almada –, como há muito realçou Silva Dias e em geral repete a bibliografia que dessas relações espirituais se ocupa.

É esta relação que mais elementos nos faculta para uma aproximação ao ambiente de espiritualidade à volta destes frades capuchos — ou, pelo menos, ambiente em que se terão movido e que pode explicar alguns silêncios, se tivermos em conta o contexto inquisitorial e censor que, depois do primeiro índice de livros proibidos, controlou, como é sobejamente sabido, a circulação de obras de espiritualidade mais intimista.

3. Teólogos, capuchos e «idiotas»

Antes de voltar a essas relações e a possíveis significados adicionais que pode ter o *Norte de Idiotas*, dedicado por Francisco de Monzón a D. Maria da Silva em 1563, creio ser relevante retomar aqui o que nos conta, já no século XVIII, o mesmo Fr. António da Piedade no *Espelho de Penitentes* a propósito de uma interessante «vida» de um frade pregador do convento da Arrábida, famoso nesses anos 60, Fr. Salvador da Cruz (ou da Torre, por ser oriundo de Torre de Moncorvo)⁴⁰. Talvez essa passagem realce alguns significados – incluindo o contexto religioso e 'político' – do *Norte de Idiotas*.

Nem mesmo D. António Caetano de Sousa incluiu qualquer biografia ou referência à relação deste casal com frades do convento da Caparica. Apenas incluiu a «vida» de uma neta deste casal, D. Catarina da Encarnação, que muito jovem entrou no mosteiro do Sacramento, em Lisboa. Cf. SOUSA, D. A. Caetano – Agiologio Lusitano dos sanctos e varoens ilustres em virtude (...). Tomo IV, Lisboa: 1844, p. 20-22g e 30g.

³⁹ BUESCU, Ana Isabel – *D. Catarina de Áustria: Infanta de Tordesilhas, Rainha de Portugal.* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2007, esp. p. 342-348, 358 e 368.

⁴⁰ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 556 e ss.

Fr. Salvador da Cruz, filho único e familiar de um outro frade capucho do convento da Arrábida, Fr. Damião da Torre⁴¹, conseguiu ingressar como noviço neste convento depois de ver vencido o desgosto e a resistência de seu pai, graças às palavras que a este dirigiu Fr. Martinho quando confrontado com a exigência de o levar de novo consigo para Moncorvo. Depois de professo, pelo seu desejo de ser pregador para "salvar almas", passou a uma das «Provincias de Castella, onde se aplicou aos estudos da Filosofia e Theologia, não sem inveja dos condiscípulos, pelas ventagens da sua agudeza»⁴². Aí adquiriu a «patente de Pregador e nesse exercício lustrava e ilustrava aos que o ouvião»⁴³. Trazido de novo para Portugal pelo seu tio quando, enquanto Provincial, regressava do Capítulo Geral, rapidamente terá alastrado, pelo menos em Lisboa, a sua fama de pregador, a cujos sermões acudiam os moradores «desvelados a ouvillo».

O mais interessante para o que nos importa aqui é a passagem em que o cronista nos conta que

«Discorria a fama pelos Conventos das mais Religioens, e chegava o estrondoso das suas vozes à noticia dos Prègadores, que tambem presumião andar nas suas azas e, ou invejosos do estrondo, ou resentidos das ventagens que dos repetidos aplausos inferião, se mostravam incrédulos, parecendolhes ser tudo effeito dos juízos populares, em que mais domina a ignorancia para produzir assombros, do que sciencia para formar discursos. O mais empenhado em reprovar os applausos que davão a Fr. Salvador era o Doutor Diogo de Paiva, hum dos celebres Oradores daquelles tempos, sem outro algum fundamento mais, que dizer **era Capucho, e idiota**, que como tal não poderia dizer cousa digna de se louvar» 44.

Ou seja, na perspetiva de Diogo Paiva de Andrade, faltava a este capucho a "lição de livros" e a formação teológica, como era a sua e de outros pregadores do seu tempo. Contudo, várias pessoas admiradoras da pregação de Fr. Salvador conseguiram convencer o teólogo e pregador a ir ouvi-lo, o que, com resistência, acabou por aceder fazer. E mudou de opinião. Justificou-se dizendo que

«Por me dizerem que o exercício dos Padres Capuchos não era outro mais, que plantar alfaces, regar flores, cultivar as cozinhas e assistir sempre no Coro, foy a causa porque a este tratey de idiota, por ser a conclusão que podia tirar daquelas premissas; porem eu me retrato e o conheço por Prègador Evangelico [...] e que he delírio julgar os sábios pelos trages; porque se não há de dizer, que hum idiota em habito de Religião he sabio, e que um sabio em habito de Capucho he idiota » 45.

⁴¹ Fr. Damião da Torre veio mais tarde a ser Provincial – entre 1565 e 1571. A ele se refere no século XVII CARDOSO – *Agiológio Lusitano*, I, 254g. Em 1570 ainda pedia à Infanta D. Maria autorização para um novo convento nas Caldas. Faleceu em 1578.

⁴² PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 559.

⁴³ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 559.

⁴⁴ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 560-1.

⁴⁵ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 560-561. Sublinhado meu.

A pobreza e o hábito roto e com remendos — que os frades arrábidos quiseram e conseguiram manter —, assim como a aparente simplicidade e despojamento da sua vida conventual criavam uma imagem de ignorância que lhes dificultava o crédito de doutos, pregadores da corte ou em outras cidades. Daí a reação deste erudito teólogo e pregador. E «despertarão estas noticias o desejo delRey D. Sebastião para também o ouvir...» 46. Coragem não faltaria a Fr. Salvador da Cruz (como não faltara aos frades quando se opuseram e resistiram às ordens de mudança de hábito). Quando, pregando este capucho na Igreja do Hospital de Todos os Santos em que estava presente D. Sebastião, aproveitou para o aconselhar a não se fiar «de lisonjeiros», antes de seguisse o «conselho de velhos e prudentes, a quem não segue o interece para ocultarem a verdade do que sentem», D. Sebastião «tão aggravado da liberdade com que publicamente lhe havia fallado, ordenou ao seu Provincial o desterrasse para o Convento mais distante da sua Provincia» 47 — que era então o de Alcobaça.

Não é aqui especialmente relevante comentar toda a passagem do *Espelho de Penitentes* que relata a "vida" de Fr. Salvador até à sua morte – que veio a ocorrer, precisamente, como ele próprio profetizou, em Alcácer Quibir. Interessa-nos a visão que o teólogo Diogo de Paiva de Andrade veiculou e de que posteriormente se «retratou» – segundo Fr. António da Piedade – relativamente aos frades capuchos. Não identificando em concreto os frades de um só convento, incluía-os todos na sua visão de "idiotas" que os trajes remendados sugeriam.

Não sabemos quando se espalhou em Portugal a fama de bom pregador de Fr. Salvador da Cruz (fama que já tinha em Espanha, antes de regressar a Portugal), nem quando ocorreu a referida reação do Doutor Diogo de Paiva de Andrada, nem quando este aceitou rever o seu juízo infundado, nem a data em que D. Sebastião recebeu e ouviu Fr. Salvador. Apenas sabemos que o Doutor Diogo de Paiva de Andrada (que morreu em 1 de dezembro de 1575) participou no Concílio de Trento em 1561 e, entre 1562 e 1567, publicou diversos textos polémicos, especialmente contra o teólogo protestante Martinus Kemnitius ⁴⁸. E nas suas disputas sobre as versões da Bíblia, em claro contexto anti-protestante, também manifestou, entre outras posições, a necessidade de cautelas em relação ao acesso dos fiéis à leitura da Bíblia (sobretudo se não fosse a versão da Vulgata de S. Jerónimo), porque «não entendiam bem e deturpavam o seu sentido genuíno por serem destituídos de uma

⁴⁶ PIEDADE – Fr. António – Espelho de penitentes, Tomo I, p. 561.

⁴⁷ BAIÃO, José Pereira — Portugal cuidadoso e lastimado com a vida e perda do Senhor Rey Dom Sebastião, o desejado de saudosa memoria. Lisboa Ocidental: Oficina de António de Sousa da Silva, 1737, Livro IV, Cap. XIII, p. 462-463. «Porem ao depois o mandou chamar à instancia de Christovão de Tavora para o acompanhar na jornada...», p. 463.

⁴⁸ RODRIGUES, Manuel A. – Diogo de Paiva de Andrade. IV centenário da sua morte. Revista de História das Ideias. 1 (1977) 237-285.

sólida formação teológica» ⁴⁹. Mas também terá discordado abertamente de Jorge da Silva – um conhecido crítico das correntes pietistas a que estavam ligados, entre outros, Francisco de Sousa Tavares e D. Maria da Silva – quando este condenou um texto atribuído a Luis de Blois. E ter-se-á movido em ambientes reformadores e pietistas em que participaram Fr. Luís de Montoya, Fr. Tomé de Jesus, Fr. Valentim da Luz, entre outros⁵⁰. Também é sabido que foi depois do regresso de Roma que se dedicou mais à pregação e, retirado posteriormente para o mosteiro do Varatojo, à preparação de obras que publicou ou foram editadas postumamente, nomeadamente os seus sermões⁵¹.

Seria importante saber quando se deu esta "alteração" de posição em relação ao pregador capucho Fr. Salvador, para podermos perceber se o *Norte de Idiotas* é, de algum modo, a expressão de uma corrente polémica sobre a capacidade dos «simples e sem letras» — incluindo possivelmente frades capuchos, de trajes remendados simbolizando a sua pobreza — acederem a formas e modos de vida espiritual mais elaborada em que a vida interior, oração e a meditação ocupam um lugar de relevo. Ocupava-o neste círculo aristocrático em que se moviam Sousa Tavares e sua mulher D. Maria da Silva, que os acolhiam os capuchos da Caparica nas suas casas, como veremos de seguida.

Na verdade, parece significativo que um outro teólogo e pregador dos mesmos círculos lisboetas, Francisco de Monzón (que também veio a falecer precisamente no mesmo ano de 1575), protegido de D. Catarina, capelão e pregador de D. João III e de D. Sebastião⁵², qualificador do Stº Ofício e lente na Universidade de Coimbra, autor de dois tratados eruditíssimos de educação de príncipes e princesas (nos meados dos anos 40), de um tratado de confissão (*Norte de Confesores*, 1546), de uma obra sobre os sonhos (os *Avisos Espirituales*, 1563), de outras que terão ficado manuscritas, seja também o autor de uma obrinha, o *Norte de Idiotas* — que no contexto que acabo de evocar assume especial relevância —, dirigida a D. Maria da Silva, uma reconhecida protetora dos capuchos⁵³. A 1ª edição deste texto é hoje desconhecida, incluindo a sua data, só havendo exemplares da edição de 1563⁵⁴.

Ou seja, voltamos aos anos 60, até aos inícios de 70, em que cruzamos as perspetivas de dois influentes pregadores (teólogos, canonistas, do círculo da corte)

⁴⁹ RODRIGUES – Diogo de Paiva de Andrade, p. 241.

DIAS – Correntes de sentimento religioso, vol. I, p. 124-128 e 434s.

RODRIGUES, Manuel A. – Algumas notas sobre a vida e obra de Diogo de Paiva de Andrada. *Revista Portuguesa de História*. 15 (1975) 313

⁵² FERNANDES, Maria de Lurdes C. – Francisco de Monzón, capelão e pregador de D. João III e D. Sebastião. *Lusitania Sacra*. 2ª Série. 3 (1991)39-70.

⁵³ DIAS – Correntes de sentimento religioso, especialmente p. 600-601

⁵⁴ Obra/edição reeditada por CIVIL – Image et dévotion, especialmente p. 137-180, acompanhada de um estudo introdutório (p. 7-136), que retoma no essencial o seu artigo Imagen y devoción. El Norte de Ydiotas de Francisco de Monzón (1563). Studia Aurea: Actas del III Congreso de la AISO. Vol. 3 (1996), p. 109-120.

sobre práticas religiosas, devotas ou espirituais vividas por «idiotas» – ou seja, na própria definição de Monzón, por «personas simples y sin letras»⁵⁵, sem «lección de libros», ou, na perspetiva de Diogo de Paiva, ignorantes e sem formação teológica – associados a círculos sociais próximos dos capuchos. De um lado, vemos um pregador franciscano arrábido, Fr. Salvador da Cruz, que não frequentava os círculos cultos e cortesãos – e que por isso Diogo de Paiva de Andrade não queria reconhecer como douto, por ser capucho e, logo, «idiota», já que, como vimos, lhe diziam que «o exercício dos Padres Capuchos não era outro mais, que plantar alfaces, regar flores, cultivar as cozinhas e assistir sempre no Coro». E essa «foy a causa» porque a este o Doutor Diogo o tratou «de idiota, por ser a conclusão que podia tirar daquelas premissas»⁵⁶.

Este relato de Fr. António da Piedade não deixa de ser algo surpreendente. Segundo Silva Dias, Diogo Paiva de Andrada, que era irmão de Fr. Tomé de Jesus, autor dos *Trabalhos de Jesus*, devia conhecer os círculos em que este se movia, nomeadamente o dos frades capuchos, pelo menos por via dos círculos sociais e religiosos em que se moviam também estes frades. Claro que nos faltam datas precisas e dados mais concretos destas relações. Sobretudo a data em que Diogo de Paiva foi ouvir Fr. Salvador e mudou de opinião. E que relação teria com Francisco de Monzón, pregador de corte. E que opinião este teria de Fr. Salvador, se ele era então tão afamado pregador.

Seria, como atrás disse, muito importante conhecer as datas deste episódio à volta de Fr. Salvador para sabermos se pode ser estabelecida alguma relação com a decisão de Francisco de Monzón de escrever um texto especificamente dedicado à orientação da vida espiritual dos «idiotas» e tomar como protetora e como exemplo modelar D. Maria da Silva.

De facto, embora este *Norte de Idiotas* tenha sido já objeto de análises relativamente aprofundadas, especialmente por Silva Dias e, mais recentemente, por Pierre Civil (mais focado na questão das imagens), há uma passagem que talvez mereça que a enfatizemos neste contexto, à luz agora desta rede de possíveis interinfluências religiosas, espirituais e sociais.

Refiro-me à passagem da Dedicatória a D. Maria da Silva em que Monzón refere a reserva desta nobre Senhora, por humildade, a que ele lhe dedicasse esta (e outras obras espirituais):

«De aquí tomastes ocasión (...) para vedarme⁵⁷ com humildad que no os dedicasse los Tratados de la vida espiritual que he compuesto, como me parecia que era obligado a

⁵⁵ MONZÓN – Norte de Ydiotas. In CIVIL, Pierre – Image et dévotion, p 144.

⁵⁶ PIEDADE – Espelho de penitentes, Tomo I, supracitado.

⁵⁷ Por claro lapso, na transcrição desta passagem do texto na edição de Pierre Civil, está «darme» e não «vedarme», como no original. A correção dos termos faz toda a diferença.

hacer, considerando que la doctrina que contienen, más la aprendí de vuestra conversación que de la lección...».

E acrescenta:

«Mas si considerarades, prudente señora, que nuestro Maestro y Redemptor universal nos avisa que las obras buenas se publiquen, para que se dé honra y gloria a su padre celestial, **no debierades recelar que se publicara**»⁵⁸.

E a favor deste seu argumento refere a aprovação de uma edição anterior, completamente esgotada, deste *Norte de Idiotas*, sem qualquer reserva pelos censores, apesar de «estos miserables tempos».

Ou seja, o contexto polémico e o controlo inquisitorial, talvez sem prejuízo também da humildade, terá sido o que motivou a reserva de D. Maria da Silva, o que se compreende nesses anos que viram ser publicado o primeiro «Rol de livros defesos» (1551), logo seguido de outros em 1561 e 1564, ou seja, pelos mesmos anos em que Monzón publicou este «livrinho». Tempos que também são os do processo inquisitorial de Fr. Valentim da Luz e de outras figuras acusadas de heresia ou "alumbradismo", largamente estudados por Silva Dias. E denunciadas por Jorge da Silva, familiar de D. Maria...

4. Tempos de (re)leituras espirituais

E como mostrou José Adriano de Carvalho em diversos estudos, em particular no que discutiu o já citado «Contexto da espiritualidade no tempo de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires», estes anos centrais do século XVI tinham assistido a um crescendo muito significativo de edições de obras espirituais, seja de grandes autores do (ou influentes no) *Recogimiento* ibérico, seja de «místicos do Norte», nomeadamente, em 1544, o *Livro da vida e milagres do glorioso S. Bernardo*, Lisboa, Luís Rodrigues, 1544; em 1550, a tradução portuguesa da obra de Giacomo da Milano (OFM), *Livro llamado estimulo do amor divino*, Lisboa, Germão Galharde; em 1554, os *Exercícios espirituais* de Nicolau Esckio, Évora, André de Burgos; no mesmo ano de 1554, as *Meditações da paixão de Cristo, com catorze exercícios espirituais de Nicolau Esckio*, atribuídas a João Tauler, trad. de Fr. Bernardino de Aveiro, OFM, Évora, André de Burgos; em 1555, os *Exercícios Espirituais* de Nicolau Esckio, com tradução de Fr. Cristóvão Abrantes, OFM, Évora, André de Burgos; no mesmo ano, o *Tratado de como San Francisco buscó y halló a su muy querida señora la sancta pobreza*, Lisboa, João Blávio: e também em 1555 o *Contemptus mundi nuevamente romanzado*

⁵⁸ MONZÓN – Norte de Ydiotas. In CIVIL – Image et dévotion, p. 142. Sublinhado meu.

y corregido de Tomás de Kempis, com um *Breve tratado de três principales ejercicios* com que se alcança la divina gracia e com una breve *Regla de vida cristiana* (trad. de Fr. Luís de Granada, OP), Évora, André de Burgos) – reed. em 1556 e 1557, Lisboa, João Blávio de Colónia. Em 1557 Fr. Marcos de Lisboa publicou a primeira parte das *Crónicas da Ordem dos Frades Menores*, Lisboa, João Blávio. E entre 1556 e 1565 foram editadas 12 obras de Fr. Luís de Granada, incluindo as *Oraciones y ejercicios de devoción* (Évora, André de Burgos, 1555), o *Guia de Pecadores*, o *Manual de diversas oraciones y espirituales ejercicios* (Lisboa, João Blávio, 1559), todas de profunda influência na época, nas décadas seguintes e ao longo do século XVII⁵⁹.

E se é certo que a efervescência espiritual teve o contraponto da censura de livros, em particular os de espiritualidade, esta também já não pôde controlar totalmente o seu curso, as suas influências, as práticas instituídas, as ideias incorporadas a partir das leituras, as partilhas de anseios e de sentimentos – mesmo que para nós hoje seja muito difícil trabalhar este plano da vida da época, por ser muito complexo, de diversas ambiguidades ou ambivalências no que a fontes e informações diz respeito, ou seja, de difícil objetivação. Mas não faltam indícios que devem ser tidos em conta e que apontam para a existência desses mecanismos de influência, marcando correntes e práticas, fazendo-se parte da realidade do tempo em que ocorreram. Além disso, como bem se sabe, a proibição da circulação de livros e da respetiva leitura não garante (nunca garantiu) que ela não se fosse fazendo. E entre a escrita, a publicação e a proibição corriam tempos de leitura e consequente influência e assimilação...

Contudo, no *Norte de Idiotas*, nesta edição posterior às destes importantes autores de espiritualidade, Francisco de Monzón quis realçar, não tanto a influência direta da «lição de livros» – que conhecia certamente – mas antes o exemplo de D. Maria da Silva, confessando que «más la aprendí de vuestra conversación que de la lección, pues los ejemplos presentes tienen más energia y eficácia para mover a imitarlos que los passados que leemos en los Libros» 60. Deste modo, Monzón apresenta uma imagem – que Fr. António da Piedade retomará – de uma vida que usa como exemplo, quer pela humildade, quer pela "doutrina" que transmite por via da conversação (pela "prática", para usar um termo da época), quer pelo modo como envolve toda a «casa», incluindo os criados e os pobres que a visitam. Não refere concretamente os capuchos, mas não será abusivo incluí-los neste 'universo' de frequentadores da casa, tanto mais que, como vimos, para alguns contemporâneos eles eram «idiotas». De facto, testemunha, numa passagem razoavelmente conhecida, mas que aqui importa relembrar, que

⁵⁹ Algumas das obras existiam na livraria do convento da Arrábida, à data da sua extinção: Catálogo da Livraria do Convento da Arrábida e do acervo que lhe estava anexo. Catálogo, introdução e notas de Ilídio Rocha. Lisboa: Fundação Oriente, 1994.

⁶⁰ MONZÓN – Norte de Ydiotas. In CIVIL – Image et dévotion, p. 142

«esa vuestra casa es hospital de pobres, y mesón de peregrinos, y escuela adonde se ejercitan las obras de la vida activa com toda caridad, y así es un monasterio y casa de religión adonde se reciben muy frecuentemente los santos sacramentos, y se ejercitan perfectamente los ejercicios espirituales de la vida contemplativa, **ocupando señores y criados** no pequeña parte del tiempo en santas meditaciones, según que van sumadas en este breve tratadito»⁶¹.

E a «devota» e «idiota» mulher que, embora represente D. Maria «al vivo, aunque se finge que ésta no sabía ler», tem uma dupla força exemplar: inspira-se no modelo que era D. Maria da Silva, por um lado e, por outro, mostra como era possível aos mais ignorantes de letras (de que as mulheres simples eram o maior exemplo) «ejercitar[-se] en todos los ejercicios de la vida espiritual» 62 — incluindo a «divina meditação», a «oração perfeita» até ao «supremo da contemplação» 63.

Obviamente, D. Maria da Silva não era a destinatária dos conteúdos da obra: era a autoridade que validava a tentativa de chegar a estratos sociais e religiosos para os quais a vida espiritual era de difícil alcance ou corria o risco de "desvios" que importava evitar. Mas que, no contexto daquela casa (e, eventualmente, de outras similares), gozavam de modelos em que podiam inspirar-se e, consequentemente, imitar.

Não por acaso o seu marido, Francisco de Sousa Tavares, editou no ano seguinte um *Libro de doctrina spiritual*, incidindo sobre a prática da oração — livro que, compreensivelmente, obteve na época muito mais impacto nos círculos espirituais. Começando por dizer pretender «mostrar a necessidade e obrigação que temos ao acto atual da mente em Deus» por meio da oração perseverante, reconheceu que tal não está «muito declarada», ou seja, não é clara, ou

«em alguma maneira mal entendida dalguns, sucede que este acto da mente em Deus com a devida tenção (donde nos há-de vir todo o bem) se não usa tanto. E assi que quando a pessoas lêm ou lhes falam das matérias espirituais e dos outros mais nomes e afectos e altezas que Deus dá pela oração da mente em Deus, pouco nem muito as entendem, nem sabem que é o mesmo que Cristo ensina e manda na sua oração. Mas antes o têm por cousa nova e estranha...»⁶⁴.

Estamos perante o outro lado da mesma preocupação que revelara Monzón, como se depreende da afirmação de Sousa Tavares de que

«Por estes respeitos tem sucedido que a mais da gente vulgar lhe parece que este acto interior da mente em Deus, com que a alma se junta e une a ele, pelo qual lhe há-de vir a

⁶¹ MONZÓN – Norte de Ydiotas. In CIVIL – Image et dévotion, p. 142-143.

⁶² MONZÓN – Norte de Ydiotas. In CIVIL – Image et dévotion, p. 143.

⁶³ MONZÓN - Norte de Ydiotas. «Prologo a los pios lectores». In CIVIL - Image et dévotion, p. 146-148.

⁶⁴ TAVARES, Francisco de Sousa — *Livro da doutrina espiritual*. Lisboa: João de Barreira, 1564, «Ao lector», s.p.

participação e graça sua, e ganhar a glória essencial e acidental, não é de sua obrigação, senão dos religiosos e que eles satisfazem com dizerem as palavras da oração do Senhor com a boca...»⁶⁵.

Ou seja, por via da oração vocal – não a mental que este círculo preconiza – a «gente vulgar» não tem os livros espirituais «em nenhuma conta» e «pela mesma maneira aos varões espirituais». Deste modo, Francisco de Sousa Tavares pretendeu chegar a círculos leigos ou pouco "doutos" em matéria de espiritualidade, escrevendo

«esta declaração da oração do senhor (...) pera se exercitar com a devida tenção, com o qual a alma o ama e une e achega, e pede a Deus e tem a humildade, pelo qual o Senhor lhe dá graça de cumprir as caridades que ele ensina na sua oração (...). O qual se se fizesse perfeitamente sucederia a religião cristã tornar ao seu antigo e primeiro estado» e muitos «não usam esta oração da mente em Deus (que Cristo ensina) por não saberem nem em que consiste, nem a obrigação e necessidade que disso temos»⁶⁶.

A sua citação de vários autores muito queridos nas leituras dos franciscanos, como S. Bernardo, S. Boaventura (muito citado), S. João Clímaco, Ricardo de S. Vítor, Santa Catarina de Sena, Catarina Adorno, Angela de Foligno, confirmam a fileira de espiritualidade que acima referi.

Relacionando-o mais diretamente com o *Norte de Idiotas*, é significativo que refira a importância do bom uso das «imagens e reliquias dos Santos de que, entre a gente comum e simples, muitos usam mal e caem em idolatrias e superstições e errores» ⁶⁷. É certo que no ano anterior tinha sido aprovado em Trento o Decreto sobre a veneração de imagens e das relíquias, numa clara contraposição às críticas protestantes (sobretudo calvinistas), mas é possível, pelos debates que existiam por aqueles anos, que o *Norte de Idiotas* e a sua condução da meditação com recurso a imagens simples, sugestivas e orientadoras do percurso espiritual tenha tentado obstar aos mesmos riscos que Sousa Tavares aponta nesta passagem do seu livro. Aliás, foi muito claro no «Prologo a los píos lectores» ao explicitar que "Muchos provechos se siguen generalmente de la vista y adoración de las imágenes, y principalmente a las personas simples y sin letras que, según se dice, son sus libros adonde leen y aprenden los hechos de aquellas personas ilustres que allí se representan…» ⁶⁸.

⁶⁵ TAVARES – Livro da doutrina espiritual, «Ao lector», s.p.

⁶⁶ TAVARES – *Livro da doutrina espiritual*. «Ao lector», s.p.

⁶⁷ TAVARES – Livro da doutrina espiritual, p. 69.

⁶⁸ MONZÓN – Norte de Ydiotas. In CIVIL – Image et dévotion, p. 144.

5. Notas finais

Estes dois textos, vistos e compreendidos na rede de relações que faz a ponte entre círculos da nobreza, da Igreja e dos capuchos da província da Arrábida (a que pertencia o convento da Caparica) entre os anos 40 e 70 do século XVI, são tanto mais interessantes quanto, cruzados com outros textos espirituais que circulavam por aqueles anos, trazem para primeiro plano, assumidamente e no contexto polémico da época, o apelo à vida espiritual e à oração mental, não apenas os religiosos, mas também os leigos e, entre estes, até mesmo dos ignorantes de letras ou sem «lição de livros», mas que não deviam fixar alheados da vivência e das práticas espirituais que alguns círculos religiosos e leigos preconizavam.

Mas a referência que, com algum desprezo, terá deixado – a crer em Fr. António da Piedade – o teólogo Diogo de Paiva de Andrade a propósito de Fr. Salvador da Cruz, associando os capuchos a «idiotas», por um lado, e o facto de a casa e o círculo espiritual de Francisco de Sousa Tavares privarem com os capuchos, nomeadamente da Caparica, e com outras pessoas sedentas de vida espiritual, por outro, podem trazer novas pistas à compreensão dos objetivos de Francisco de Monzón, ele próprio também pregador nos mesmos círculos de Diogo de Paiva de Andrade. A escolha da imagem de uma mulher «idiota» não deve fazer-nos incorrer – pelo menos sem colocar a questão – no «pré-conceito» da falta de letras apenas das mulheres. Ou da falta de necessidade de orientação e guia espiritual de outros grupos sociais e, mesmo, religiosos de então.

Todo este ambiente de grande complexidade e efervescência intelectual e espiritual, determinante dos rumos que tomou a cultura europeia (e a portuguesa em particular), continua a manter muitos silêncios, ou palavras contidas, e por isso também continua a pedir mais e melhor conhecimento dos textos e outros documentos⁶⁹, renovadas leituras, olhares sem preconceitos que permitam melhor compreensão da diversidade de ideias, vivências e ações que determinaram o curso da história e da cultura, também em Portugal.

Apesar de não abundarem, como já lamentava no século XVIII PIEDADE — Espelho de Penitentes, Parte I, no «Prologo ao leitor e especialmente aos religiosos da Província da Arrábida»: «Para saber o quid, que era a matéria de que havia de formar a Historia, examiney os Archivos, assim da Provincia, como de alguns Conventos, e os achey tão faltos de papeis que me houvessem de capacitar nas noticias, que na verdade me motivarão a desmayos, quando esperava vigorarme nos alentos» (prologo s.p.).